Demonstrações financeiras

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

31 de março de 2026 com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações financeiras

31 de março de 2026

Índice

Balanço patrimonial 3
Demonstração do resultado do exercício 4
Demonstração do resultado abrangente 5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstrações dos fluxos de caixa 7
Notas explicativas às demonstrações financeiras 8

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.297.737**	980.955
Contas a receber	5	**23.847**	22.670
Impostos a recuperar	6	**5.964**	18.639
Estoques	7	**21.217**	20.916
Impostos e contribuições diferidos		**1.280**	1.280
Adiantamentos a empregados	8	**7.462**	2.617
Outros créditos	10	**5.075**	10.174
		1.362.582	1.057.251
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar		**1.942**	1.942
Depósitos judiciais	9	**545.138**	537.887
Outros créditos	10	**2.993**	3.028
Imobilizado	11	**1.058.598**	991.877
Intangível	11	**1.448**	1.490
		1.610.119	1.536.224
Total do ativo		**2.972.701**	2.593.475

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		**42.447**	35.415
Empréstimos e financiamentos	15	**11.759**	-
Obrigações trabalhistas	12	**15.545**	14.356
Obrigações fiscais	13	**17.753**	30.261
Adiantamentos de clientes	14	**13.234**	13.579
Receita diferida	18	**17.334**	6.107
		118.072	99.718
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**395.037**	397.775
Impostos, taxas e contribuições	13	**252.092**	252.092
Provisões de contingências	17	**204.337**	204.337
Impostos e contribuições diferidos		**3.048**	3.418
Receita diferida	18	**471.218**	207.242
		1.325.732	1.064.864
Patrimônio líquido	19		
Capital social	19a	**1.086.444**	1.086.444
Reserva de lucros	19c	**442.453**	342.449
Total do patrimônio líquido		**1.528.897**	1.428.893
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.972.701**	2.593.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

Demonstração do resultado do Período

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	20	165.313	159.473
Custo dos serviços prestados	21	(52.034)	(51.956)
Lucro bruto		113.279	107.517
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(43.106)	(30.282)
Outros resultados operacionais	23	(6.628)	(2.854)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		63.545	74.381
Receitas financeiras	24	39.739	18.990
Despesas financeiras	24	(16.529)	(3.388)
Resultado financeiro		23.210	15.602
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		86.755	89.983
Contribuição social corrente		(8.935)	(8.380)
Contribuição social diferido		370	261
Resultado líquido do período	19b	78.190	81.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado do exercício	**78.190**	**81.864**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	**78.190**	**81.864**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086.444	-	6.077	34.473	1.126.994
Resultado líquido do exercício	-	81.864	-	-	81.864
Transferência de Reserva de Lucro	-	(81.864)	-	81.864	-
Saldos em 31 de março de 2025	1.086.444	-	6.077	116.337	1.208.858
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.086.444	-	20.115	322.335	1.428.894
Resultado líquido do período	-	78.190	-	-	78.190
Transferência para reserva legal	-			-	-
Transferência para reserva de lucros	-	(100.003)	-	100.003	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	21.813	-	-	21.813
Saldos em 31 de março de 2026	1.086.444	-	20.115	422.338	1.528.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**78.190**	81.864
Depreciações e amortizações	**10.460**	11.585
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões-	**-**	29
Tributos diferidos sobre o lucro	**(370)**	(261)
Apropriação de juros sobre empréstimos	**15.409**	895
Ajuste de exercícios anteriores	**21.814**	-
	125.503	94.112
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	**(1.177)**	(7.579)
Estoques	**(301)**	(5.009)
Tributos a recuperar	**12.675**	7.210
Depósitos judiciais	**(7.251)**	(12.931)
Demais créditos	**289**	327
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	**7.032**	(25.379)
Obrigações sociais e trabalhistas	**1.189**	(1.395)
Impostos e contribuições a recolher	**(12.508)**	(7.434)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	**(345)**	266
Receita diferida	**275.203**	-
Fluxos de caixas das atividades operacionais	**400.309**	42.188
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	**(85.524)**	(94.567)
Alienação do imobilizado e intangível	**8.385**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(77.139)**	(94.567)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	**-**	110.000
Pagamento de juros sobre empréstimos	**(6.388)**	(895)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(6.388)**	109.105
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**316.782**	56.726
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**980.955**	514.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.297.737**	571.573
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**316.782**	56.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional referente ao 1º trimestre de 2026

No primeiro trimestre de 2026, os Portos de Paranaguá e Antonina mantiveram trajetória de crescimento em segmentos estratégicos, apesar de variação negativa no volume total acumulado, reflexo de ajustes nas cadeias de determinadas commodities. O acumulado do período atingiu 16,7 milhões de toneladas, volume 3,9% inferior ao registrado no mesmo período de 2025, impactado principalmente pela retração nas exportações de açúcar e milho e pela redução nas importações de fertilizantes.

O segmento de granéis vegetais manteve papel de destaque. A soja em grão foi a commodity de maior crescimento em volume: foram exportadas 4,6 milhões de toneladas no trimestre, crescimento de 12% em relação ao mesmo período de 2025 (4,1 milhões de toneladas), representando uma em cada cinco toneladas das exportações brasileiras do produto.

O óleo de soja registrou expressivo crescimento, com 386,3 mil toneladas exportadas no trimestre — alta de 38% em relação ao mesmo período de 2025 (280 mil toneladas). O Porto de Paranaguá respondeu por 70% das exportações brasileiras do produto no período, alcançando participação de 75,3% apenas no mês de março, com 135 mil toneladas embarcadas. Os principais mercados compradores estão concentrados na Ásia e na África.

O farelo de soja totalizou 1,3 milhão de toneladas exportadas no trimestre, representando 25,6% do volume nacional, com destaque para o mês de março, quando foram embarcadas 700 mil toneladas, principalmente para a Ásia e a Europa, equivalente a mais de 30% das exportações brasileiras.

Em sentido contrário, as exportações de milho apresentaram retração, influenciadas pelo direcionamento de parte da produção ao mercado interno para fabricação de etanol, em contexto de tensões geopolíticas internacionais. As exportações de açúcar também recuaram, impactadas pela queda nos preços internacionais e pelo aumento dos estoques globais.

As importações de fertilizantes recuaram para 2,2 milhões de toneladas no trimestre, ante 2,7 milhões de toneladas no mesmo período de 2025, refletindo ajustes nos fluxos de insumos agrícolas em cenário de instabilidade internacional. Em contrapartida, a importação de malte registrou alta de 227%, a cevada cresceu 10% e os derivados de petróleo apresentaram aumento de 9% nas importações em relação ao mesmo período do exercício anterior.

1.1 Investimentos e Arrendamentos

PAR 14, PAR 15 e PAR 25 — Contratos de Arrendamento de Granéis Vegetais

Em continuidade aos eventos registrados no exercício de 2025, o primeiro trimestre de 2026 consolida etapas relevantes na execução dos contratos de arrendamento das três áreas de granéis vegetais licitadas em 30 de abril de 2025 na B3, cujas outorgas fixas iniciais totalizam R$ 213.750 mil, recebidas em agosto de 2025 e contabilizadas como passivo contratual (receita diferida), em conformidade com o CPC 47 e a ICPC 01 (R1).

O PAR 14 (BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.) e o PAR 25 (Amaggi & LDC Terminais Portuários Paranaguá S.A.) tiveram suas operações iniciadas ainda no exercício anterior. A apropriação mensal das respectivas receitas diferidas foi iniciada em janeiro de 2026, em conformidade com as normas contábeis vigentes (CPC 47), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18.

Em razão da assinatura do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos em 1º de abril de 2026, a transferência efetiva da área do PAR 15 e o consequente início da apropriação mensal da receita diferida relativa à outorga recebida da Cargill Agrícola S.A. (sucessora da Cargill Brasil Participações Ltda.) ocorrem a partir do segundo trimestre de 2026. Portanto, em 31.03.2026, o valor da outorga correspondente ao PAR 15 — proporcional ao montante total de R$ 213.750 mil — permanece integralmente registrado como passivo contratual, sem reconhecimento de receita no período, em conformidade com o CPC 47 e a ICPC 01 (R1). A apropriação linear pelo prazo contratual de 35 anos, prorrogáveis por igual período, terá início em abril de 2026. Ver Nota Explicativa nº 18. Os investimentos contratualmente previstos pelas três arrendatárias totalizam R$ 1.119.600 mil, distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Arrendatária	Contrato	Aporte previsto (R$ mil)
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.	PAR 14	477.000
Cargill Agrícola S.A.	PAR 15	311.000
Amaggi & LDC Terminais Portuários Paranaguá S.A.	PAR 25	331.600
Total		**1.119.600**

Tais investimentos destinam-se à modernização da infraestrutura, à ampliação da capacidade de armazenagem e à construção da primeira fase do novo píer em "T" na faixa leste do porto.

Concessão do Canal de Acesso Aquaviário

Em complemento ao processo licitatório concluído em setembro de 2025, o primeiro trimestre de 2026 marca a fase de formalização e estruturação do contrato de concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, adjudicado ao Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGD), formado pelas empresas Deme Group e FTSPar. Em 20 de janeiro de 2026, o Governador do Estado recebeu representantes do CCGD para discussão dos próximos passos do cronograma contratual.

O contrato, pioneiro no Brasil por conceder à iniciativa privada a gestão de um canal aquaviário portuário, tem prazo de 25 anos e prevê investimentos totais de R$ 1,23 bilhão na gestão, manutenção e ampliação do canal, com foco no aumento do calado para até 15,5 metros. O contrato prevê ainda o pagamento de outorga de aproximadamente R$ 276 milhões, integralmente revertidos em investimentos no Porto de Paranaguá.

A outorga foi quitada pelo concessionário em março de 2026, formalizando o contrato. Contudo, a assunção operacional pelo CCGD está prevista para setembro de 2026, após o encerramento do contrato vigente de manutenção do canal com o Consórcio Itiberê Dragagem. Assim, nas Demonstrações Contábeis de 31.03.2026, o valor da outorga recebida encontra-se registrado como passivo contratual (receita diferida), sendo o reconhecimento da receita iniciado a partir do efetivo início da prestação dos serviços pelo concessionário, em conformidade com a ICPC 01 (R1) e demais pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Outras Iniciativas Relevantes do Trimestre

- **Simulações de manobras (fevereiro/2026):** A Portos do Paraná realizou, no Tanque de Provas Numérico da USP (TPN-USP), simulações de manobras de navios para análise da ampliação do Píer Público de Granéis Líquidos (PPGL), com participação de práticos, comandantes de rebocadores e representantes da Capitania dos Portos.

- **Plano de Descarbonização (março/2026):** Em 11 de março de 2026, foi apresentado à comunidade portuária o Plano de Descarbonização da Portos do Paraná, elaborado pela Fundación Valenciaport, com meta de emissões zero até 2050, alinhada às diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO). O inventário de GEE indicou emissões de cerca de 678 mil toneladas de CO_2 equivalente, com 97,1% oriundas do Escopo 3 (navios e operações indiretas).

- **Revitalização do Porto de Antonina:** Avançam as obras de revitalização da Avenida Conde Matarazzo, com mais de 60% das obras concluídas e parte da nova pista em concreto já liberada para o tráfego. O investimento total é de R$ 21,9 milhões, com conclusão prevista para junho de 2026.

- **Projeto Comunidades Sustentáveis (fevereiro/2026):** Foi concluída a instalação de sistemas de saneamento ecológico na Ilha de Eufrasina, beneficiando 66 famílias e mais de 200 moradores. O projeto, desenvolvido em parceria com a UFPR, será ampliado para outras comunidades do litoral paranaense, incluindo a Ponta Oeste (Ilha do Mel), Piaçaguera, Ponta de Ubá e Europinha.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R$/1000), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o Real (R$).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são objeto de revisão sistemática anual, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, e continuamente monitoradas em consonância com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de forma a refletir eventuais alterações relevantes nas premissas ou condições."

Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 15 de maio de 2026.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de março de 2026, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram emitidas novas normas e alterações pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB"), cujos correspondentes pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") encontram-se em processo de emissão, adoção ou avaliação pela Administração.

Dentre as principais normas emitidas destacam-se:

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade;
IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima;
CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis;
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11;
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade, enquanto a IFRS S2 estabelece divulgações específicas relacionadas aos riscos e oportunidades climáticas, incluindo informações sobre emissões de gases de efeito estufa, governança, estratégia, métricas e metas climáticas. Considerando a natureza das operações portuárias desenvolvidas pela Portos do Paraná, a Administração entende que tais normas poderão demandar aprimoramentos nos processos internos de levantamento, monitoramento e divulgação de informações ambientais, climáticas e de sustentabilidade.

O CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, correspondente à IFRS 18, substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, trazendo alterações relevantes na estrutura e apresentação das demonstrações financeiras, especialmente na Demonstração do Resultado do Exercício ("DRE"), incluindo novas categorias e subtotais obrigatórios, bem como maiores exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho gerencial. A norma será aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Com relação ao CPC 51, a Administração iniciou avaliações preliminares dos possíveis impactos relacionados à revisão de processos, plano de contas, estrutura de relatórios gerenciais, mapeamentos contábeis e apresentação das demonstrações financeiras, visando assegurar a adequada implementação da norma quando de sua entrada em vigor.

A IFRS 19 introduz uma estrutura simplificada de divulgações aplicável a subsidiárias sem responsabilidade pública. Até a presente data, não foi emitido pronunciamento correspondente pelo CPC e, preliminarmente, a Administração entende que a referida norma não é aplicável à Portos do Paraná.

Durante o exercício, foi publicada a Resolução nº 127, de 8 de abril de 2025, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, que dispõe sobre as modalidades de contratação e utilização de áreas portuárias nos portos organizados. A norma estabelece, entre outros aspectos:

novas modalidades contratuais, incluindo contratos de transição e contratos de uso de espelho d'água;
regimes de uso público eventual e uso público continuado; e
obrigatoriedade de divulgação das áreas e instalações portuárias disponíveis e ocupadas.

A Portos do Paraná vem implementando medidas para adequação às disposições da referida resolução. Contudo, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos nas políticas contábeis adotadas ou nos saldos das demonstrações financeiras.

A Administração continuará monitorando a implementação da Resolução ANTAQ nº 127/2025, bem como a evolução das normas contábeis e de sustentabilidade emitidas pelos órgãos reguladores e normativos, divulgando eventuais impactos relevantes em suas futuras demonstrações financeiras.

A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer dessas normas, interpretações ou alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	**119.548**	134.384
Bancos conta vinculada (i)	**1.163**	1.133
Aplicações financeiras (ii)	**1.253.961**	919.822
Bloqueios judiciais (iii)	**(76.935)**	(74.384)
	1.297.737	980.955

(i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	31/03/2026	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	19	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	455	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	292	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	21	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	42	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	118	001	0259-3	71.254-X
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	7	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	4	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	26	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	168	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		1.163			

(ii) As aplicações financeiras aqui indicadas estão distribuídas em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de março de 2026 é de R$ 23.847 (R$ 22.670 em 31 de dezembro de 2025). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	**23.710**	21.382
Vencidos até 30 dias	**42**	1.193
Vencidos de 30 a 180 dias	**27**	27
Vencidos a mais de 180 dias (i)	**68**	68
	23.847	22.670

	31/03/2026	31/12/2025
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	**307.700**	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	**(307.700)**	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	**21.709**	21.709
Provisão para perda	**(21.709)**	(21.709)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emitia faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1º Grau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	**5.964**	18.639
	5.964	18.639

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de março de 2026 é de R$ 21.217 e em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 20.916.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos a fornecedores	**6.339**	1.512
Décimo terceiro salário	**952**	-
Férias	**156**	1.105
Outros	**15**	-
Total	**7.462**	2.617

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas (i)	**45.519**	45.182
Tributos (ii)	**277.990**	277.990
Cíveis	**144.694**	140.331
Outros (iii)	**76.935**	74.384
Total	**545.138**	537.887

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em setembro do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$ 76.935 em 31 de março de 2026 e R$ 74.384 para 31 de dezembro de 2025 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	**3.934**	3.804
Cíveis	**73.001**	70.580
	76.935	74.384

10. Outros créditos

	31/03/2026	31/12/2025
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR (i)	**242**	277
Convênio 28/2024 APPA/FUNPAR - Eufrasina	**487**	487
Convênio OS 014/2025 - Fortaleza (Ilha do Mel)	**947**	947
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	**1.317**	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (ii)	**2.662**	7.827
Seguro comp. operador portuário	**1.761**	2.347
Seguro de Responsabilidade Civil	**652**	-
	8.068	13.202
Circulante	**5.075**	10.174
Não circulante	**2.993**	3.028

(i) O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(ii) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu pela transmissão dos bens públicos, após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área do Contrato de Arrendamento nº025/93. Foi estabelecido o acordo por meio do Instrumento de Confissão de Dívida assinado em 9 de junho do corrente ano, onde se estabeleceu que a devedora faria o pagamento do montante de 31.309.113,51 atualizados na data do acordo para 32.085.300,74 em 12 parcelas mensais, atualizadas pelo índice inflacionário IGP-M da FGV, sendo a primeira parcela quitada em até sete dias na data da assinatura do Instrumento.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

	31/12/2025	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/03/2026
Bens em operação					
Outros - infraestrutura marítima	58.242	-	-	(53)	58.189
Outros - infraestrutura acostagem	168.412	3.518	-	(3.235)	168.695
Outros - infraestrutura terrestre	13.639	-	(73)	(363)	13.203
Outros - armazenagem	9.041	-	(5.824)	(126)	3.091
Outros equipamentos	94.910	7	(2.488)	(5.323)	87.106
Bens da administração					
Terrenos	98.381	-	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	10.976	-	-	(173)	10.803
Instalações	5.718	293	-	(636)	5.375
Equipamentos e informática e tecnologia	2.781	212	-	(422)	2.571
Móveis e utensílios	1.311	5	-	(87)	1.229
Imobilizado em andamento (i)	528.466	81.489	-	-	609.955
Total do imobilizado	991.877	85.524	(8.385)	(10.418)	1.058.598

(i) Imobilizado em andamento- Sistema de descarga de graneis pelo modal ferroviário – Moegão

A Companhia encontra-se em fase de execução da obra denominada Moegão, infraestrutura destinada à recepção, descarga e expedição de granéis sólidos, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional do porto, reduzir gargalos logísticos e aumentar a eficiência do escoamento da produção.

O valor total estimado do empreendimento é de R$ 626.096 mil, sendo que até 31 de março de 2026 já foram realizados investimentos no montante de R$ 562.001 mil, contabilizados no ativo imobilizado em andamento.

Os principais benefícios esperados com a entrada em operação do Moegão incluem:
Aumento da capacidade de descarga simultânea de vagões; Redução do tempo médio de espera e operação na ferrovia e no porto; Maior eficiência logística, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais; Contribuição para a sustentabilidade das operações, com menor emissão de poluentes decorrente da otimização logística.

A Administração acompanha a evolução da obra e reafirma que os valores já incorridos e os investimentos futuros estão devidamente registrados nas demonstrações financeiras como imobilizado em andamento, a serem reclassificados para imobilizado operacional quando concluída e disponível para uso.

b) Intangível

	31/12/2025	Amortização	31/03/2026
Intangível	1.490	(42)	1.448
Total do intangível	1.490	(42)	1.448

12. Obrigações trabalhistas

	31/03/2026	31/12/2025
Ordenados a pagar	3.131	2.889
Provisão para férias	10.640	11.147
Provisão para o décimo terceiro salário	1.519	-
Consignações folha	160	233
Pensões a pagar	95	87
Total	15.545	14.356

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	31/03/2026	31/12/2025
Encargos da Folha	3.575	4.756
Contribuição Previdenciária - INSS	1.603	1.528
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	467	647
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.505	2.581
Contribuições sobre o Faturamento	254.286	254.391
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	209.296	209.382
Programa de Integração Social - PIS	44.990	45.009
Impostos e Contribuições sobre Resultados	8.935	20.191
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.935	20.191
Encargos Retidos de Fornecedores	3.049	3.015
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.081	1.277
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	250	239
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	423	460
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.295	1.039
	269.845	282.353
Circulante	17.753	30.261
Não circulante	252.092	252.092

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2026 o valor desta conta é de R$ 7.462 e de R$ 13.579 em 31 de dezembro de 2024.

15. Empréstimos e financiamentos

O financiamento junto ao BNDES teve início em fevereiro de 2024 e se estenderá até fevereiro de 2047, totalizando 276 meses de prazo. O contrato prevê carência de 30 meses, com as amortizações iniciando em setembro de 2026. O custo do empréstimo foi fixado em 7,06% ao ano, já incluindo a TLP (Taxa de Longo Prazo) e o spread bancário, com correção pelo IPCA. Os juros e correções monetárias são pagos mensalmente desde a data das captações. Como garantia, foram apresentadas duas fianças bancárias, sendo cada uma no valor de R$ 247,77 milhões, adquiridas junto ao Banco Daycoval e Banco BTG Pactual.

As liberações dos recursos são realizadas conforme o andamento da execução física e financeira da obra do Moegão. Nesse contexto, em janeiro de 2025 foi efetivada a primeira liberação no montante de R$ 110 milhões e, em julho de 2025, a segunda liberação de R$ 137,77 milhões e a terceira em dezembro de 2025 no valor de 150,00 milhões.

	Taxa	31/03/2026	31/12/2025
BNDES	IPCA + 7,0622% a.a.	406.796	397.775
		406.796	397.775

A movimentação dos empréstimos no período está abaixo demonstrada:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	397.775	-
Captação de empréstimos	-	397.775
(-) Pagamento de juros	(6.388)	(10.775)
Apropriação de juros	15.409	10.775
Saldo final	406.796	397.775

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos está abaixo demonstrado:

Ano	2026	Ano	2026
2026	6.615	2037	19.844
2027	19.844	2038	19.844
2028	19.844	2039	19.844
2029	19.844	2040	19.844
2030	19.844	2041	19.844
2031	19.844	2042	19.844
2032	19.844	2043	19.844
2033	19.844	2044	19.844
2034	19.844	2045	19.844
2035	19.844	2046	19.844
2036	19.844	2047	3.307
			406.796

16. Dívida Líquida

A Dívida Líquida representa o montante dos empréstimos e financiamentos obtidos pela APPA, deduzido dos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, evidenciando a real posição de endividamento ou disponibilidade financeira da entidade em determinada data.

a) Critério de apuração

O indicador de dívida líquida é calculado conforme a fórmula; Dívida Líquida = Dívida Bruta−disponibilidades.

- Dívida Bruta compreende os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo;
- Disponibilidades incluem caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Esse indicador reflete a capacidade de a entidade liquidar suas obrigações financeiras com os recursos disponíveis e constitui medida relevante para a avaliação da estrutura de capital e da liquidez.

b) Composição da dívida líquida

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo)	406.796	397.775
Caixa e equivalentes de caixa	(1.297.737)	(980.955)
Dívida Líquida	(890.941)	(583.180)

c) Análise

Em 31 de março de 2026, a APPA apresentava dívida líquida negativa de R$ 890.941 mil, indicando posição de caixa líquida positiva. Esse resultado decorre, principalmente, do recebimento das outorgas fixas de arrendamento portuário ocorridas no exercício de 2025 e no trimestre de 2026, que elevaram significativamente o saldo de disponibilidades, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 – Receita Diferida.

Dessa forma, a entidade encerra o período com capacidade de solvência plena e baixo grau de endividamento financeiro, mantendo sólida posição de liquidez para honrar compromissos de curto e longo prazo e financiar investimentos futuros no porto.

17. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:

- Risco Possível:
  Valor: 388
  Quantidade de Processos: 5
- Risco Provável:
  Valor Provisionado: 60.854
  Quantidade de Processos: 175
- Precatórios Expedidos:
  Valor Provisionado: 33.456
  Quantidade de Processos: 33

Esfera Cível:

- Risco Possível:
  Valor Estimado: 766.335
  Quantidade de Processos:2003
- Risco Provável:
  Valor Provisionado: R$ 110.027
  Quantidade de Processos: 15

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 204,337 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	**60.854**	60.854
Cíveis	**110.027**	110.027
Precatórios (i)	**33.456**	33.456
Total	**204.337**	204.337

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

18. Receita diferida

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA celebrou, a partir de 2025, contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias com empresas privadas, mediante pagamento de outorgas fixas referentes ao direito de exploração de terminais.

Essas outorgas representam contraprestações financeiras pela cessão onerosa de uso das áreas portuárias, e são regidas pelos contratos firmados conforme os editais e autorizações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Ministério de Portos e Aeroportos.

a) Reconhecimento de receita

Em conformidade com o CPC 47 / ICPC 01 (R1), os valores recebidos a título de outorga são inicialmente reconhecidos no passivo como Receita Diferida, sendo apropriados ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, que se estende até o exercício de 2060.

A apropriação é realizada de acordo com o princípio da competência, à medida que ocorre a prestação do serviço e o direito de uso é usufruído pelos arrendatários, o que até o momento da emissão destas Demonstrações Contábeis não ocorreu.

b) Valores contratados e recebidos

O valor total contratado de outorgas fixas é de R$ 1.131.000, com recebimentos previstos até o exercício de 2031. Em 31 de março de 2026, foram recebidos R$ 488.552.000, conforme demonstrado a seguir:

Arrendatário	Outorga total	31/03/2026	31/12/2025
Cargill	411.000	**102.750**	102.750
BTG Sertrading	225.000	**55.577**	55.980
Consórcio ALDC	219.000	**54.225**	54.619
Consórcio Canal Galheta Dragagem – CCGD (Canal de acesso)	276.000	**276.000**	-
	1.131.000	**488.552**	213.349
Circulante		**17.334**	6.107
Não circulante		**471.218**	207.242

c) Cronograma de recebimento das outorgas

O cronograma de recebimento das parcelas futuras está apresentado a seguir:

Ano	Valor
2026	74.900
2027	133.000
2028	133.000
2029	128.500
2030	128.500
2031	61.600
	659.500

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de março de 2026 foi um lucro de 78.190 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de março de 2025 a Companhia registrou um lucro contábil de 81.864 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

Gerencialmente além das Demonstrações Contábeis, o EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 74.061 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 73.359 milhões.

	31/03/2026	31/03/2025
EBITDA	**74.061**	**85.968**
EBITDA Ajustado	**73.359**	**88.822**
Margem EBITDA	**45%**	**54%**
Margem EBITDA Ajustado	**44%**	**56%**

c) Reserva de lucros

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de março de 2026 é de R$ 442.453 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrado um lucro de R$ 342.449.

d) Ajustes de exercícios anteriores

A. Ajustes de Exercícios Anteriores — Depósitos Judiciais e Aquisição de Lanterna de Boia de Sinalização

A.1 Contexto e natureza do tema

Em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Portos do Paraná procedeu, ao longo do exercício de 2025 e no primeiro trimestre de 2026, à retificação de erros de períodos anteriores identificados no curso de trabalhos de conciliação e revisão contábil. Os ajustes descritos a seguir foram reconhecidos retrospectivamente, com os efeitos alocados diretamente ao Patrimônio Líquido, na rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores, sem impacto no resultado dos períodos em que os lançamentos foram efetuados.

A.2. Depósitos judiciais — eliminação de receita reconhecida indevidamente

A partir de conciliação detalhada dos saldos de depósitos judiciais com os respectivos extratos e evidências documentais, a Administração identificou que parcela dos valores depositados havia sido reconhecida indevidamente como receita na conta 101101, referente a períodos anteriores. A pedido dos auditores independentes, foram efetuadas reclassificações com o objetivo de reverter o resultado indevidamente apropriado e realocar o efeito correspondente ao Patrimônio Líquido:

Data de lançamento	Lançamento contábil	Texto	Valor
30/06/2025	100016862	Ajustes de lançto recon. depósitos judiciais 2024	16.431
31/08/2025	100017200	Revisão tributária LACS 01/2024	(1.161)
31/12/2025	100018634	Ajustes de lançto recon. depósitos judiciais 2024	5.872
30/03/2026	100019161	Apuração do resultado 2025	(21.141)
Total			-

A.3 Reclassificação de aquisição de lanterna de boia de sinalização para estoque

Em outubro de 2025, a APPA adquiriu lanternas de boias de sinalização que, em razão de erro na elaboração da requisição e do pedido de compra, não puderam ser registradas como estoque no Almoxarifado à época da aquisição, sendo reconhecidas indevidamente como despesa do exercício. O erro foi identificado após o fechamento do exercício de 2025 e, por configurar erro de período anterior nos termos da NBC TG 23, foi corrigido retrospectivamente:

Data de lançamento	Lançamento contábil	Texto	Valor
31.01.2026	100018783	Reclass. Aquis. lantern 10/2025	1.736

O ajuste reverteu a despesa originalmente reconhecida e registrou o bem no ativo (estoque — Almoxarifado), mediante débito na conta de estoque e crédito em Ajustes de Exercícios Anteriores, sem reflexo no resultado do período de identificação.

B Reclassificação de Despesas de Serviços de Terceiros para Ativo Imobilizado em Andamento

B.1 Contexto e fundamentação

No primeiro trimestre de 2026, a Administração identificou que gastos com serviços de terceiros diretamente relacionados a obras em andamento, incorridos e registrados como despesa no exercício de 2025, deveriam ter sido ativados como parte integrante do custo das respectivas obras, em conformidade com a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.
Por configurarem erro de período anterior já encerrado, os ajustes foram tratados nos termos da NBC TG 23, mediante débito nas contas do Ativo Imobilizado em Andamento e crédito direto em Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido — dado que as contas de resultado do exercício de 2025 já se encontravam encerradas à data dos lançamentos.

Data de lançamento	Lançamento contábil	Texto	Valor
31/03/2026	100019420	Reclassificação despesas p/ ATIVO EM ANDAMENTO	19.749
31/03/2026	100019421	Reclassificação despesas p/ ATIVO EM ANDAMENTO	327
Total			**20.076**

Os valores reclassificados passam a integrar o custo de formação do ativo imobilizado correspondente e serão depreciados a partir do momento em que os respectivos ativos entrarem em operação.

20. Receita operacional

	31/03/2026	31/03/2025
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	**63.410**	64.316
Infraestrutura de Acostagem	**5.674**	6.199
Infraestrutura Operacional Terrestre	**29.956**	33.767
Receitas de Armazenagem	**551**	487
Receitas por Utilização de Equipamentos	**11.382**	10.147
Diversos Padronizados	**1.693**	2.391
Contratos de Arrendamento	**59.517**	50.708
Receitas Complementares	**3.582**	2.915
	175.765	170.930
(-) Deduções da receita	**(10.452)**	(11.457)
Receita operacional líquida	**165.313**	159.473

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em

alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

21. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos. da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	31/03/2026	31/03/2025
Custos da Infraestrutura Marítima	**(3.608)**	(2.670)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	**(278)**	-
Custos da Infraestrutura Terrestre	**(2.819)**	(3.249)
Custos Diversos Padronizados	**(119)**	(898)
Custos Indiretos	**(45.210)**	(45.139)
Total	**(52.034)**	(51.956)

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	31/03/2026	31/03/2025
Despesas com Pessoal Administrativas	**(17.681)**	(14.282)
Serviços de Terceiros e Utilidades	**(808)**	(1.432)
Despesas Gerais	**(14.101)**	(2.983)
Depreciação	**(10.474)**	(11.452)
Amortização	**(42)**	(133)
Total	**(43.106)**	(30.282)

23. Outros resultados operacionais

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas		
Receitas Não Operacionais	**999**	3
	999	3
Outras despesas		
Despesas Tributárias	**(2.960)**	(2.692)
Custas Judiciais	**(40)**	(8)
Ações Trabalhistas	**(218)**	(50)
Ações Cíveis	**(11)**	(37)
Alimentação (Direx, Conselhos e Eventos)	**(71)**	(70)
Outras	**(4.327)**	-
	(7.627)	(2.857)
Total de outras receitas e despesas	**(6.628)**	(2.854)

24. Resultado financeiro líquido

	31/03/2026	31/03/2025
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	**615**	265
Rendimento de aplicação financeira	**39.124**	18.709
Variações monetárias ativas	**-**	15
Outras receitas financeiras	**-**	1
	39.739	18.990
Despesa financeira		
Juros pagos	**(15.412)**	(905)
Outras despesas financeiras	**(1.117)**	(2.483)
	(16.529)	(3.388)
Resultado financeiro	**23.210**	15.602

25. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de março de 2026 está demonstrado a seguir:

	31/03/2026
Caixa e equivalente de caixa	**1.297.737**
Contas a receber	**23.847**
	1.321.584

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político, que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

26. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

A Companhia é controlada pelo Estado do Paraná e considera como partes relacionadas, além do controlador e do pessoal-chave da administração, as entidades sob controle comum, quando aplicável.

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve transações com a CELEPAR – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, classificadas como partes relacionadas em razão de controle comum pelo Estado do Paraná, referentes à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.
As operações foram formalizadas contratualmente e realizadas no curso normal das operações, observadas as instâncias de aprovação e a política interna aplicável. Os valores reconhecidos no resultado e os saldos na data-base estão apresentados nas tabelas desta nota, conforme critérios de materialidade adotados pela Administração.

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	31/03/2026	31/12/2025
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	57.805	28
	57.805	-

Remuneração dos conselhos (em reais)

	31/03/2026	31/12/2025
CONSAD - Conselho de Administração	50.315,68	50.315,68
CONFISC - Conselho Fiscal	12.578,94	12.578,94
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	9.434,19	9.434,19
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	18.868,38	18.868,38
	91.197,19	91.197,19

Quantidade de membros

	31/03/2026	31/12/2025
CONSAD -Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal (i)	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	21	21

(i) O conselho fiscal possui 1 suplente a cada 3 membros titulares

27. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens próprios e bens da União sob guarda da Companhia.
A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 10 de outubro de 2025 até 10 de outubro de 2026.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	31/03/2026	31/12/2025
Riscos operacionais	**45.000**	45.000
Responsabilidade civil	**30.000**	15.000

28. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, na data da assinatura eletrônica.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

- x - -